



2º Simulado Especial

TJ AP

Cargo: Analista Judiciário - Área
Judiciária e Execução de Mandados

Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ AP – Analista Judiciário

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ AP – Analista;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-AP-Analista-04-02>

- | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 – (A) (B) (C) (D) (E) | 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 41 – (A) (B) (C) (D) (E) | 61 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 – (A) (B) (C) (D) (E) | 21 – (A) (B) (C) (D) (E) | 42 – (A) (B) (C) (D) (E) | 62 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 – (A) (B) (C) (D) (E) | 22 – (A) (B) (C) (D) (E) | 43 – (A) (B) (C) (D) (E) | 63 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 – (A) (B) (C) (D) (E) | 23 – (A) (B) (C) (D) (E) | 44 – (A) (B) (C) (D) (E) | 64 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 – (A) (B) (C) (D) (E) | 24 – (A) (B) (C) (D) (E) | 45 – (A) (B) (C) (D) (E) | 65 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 – (A) (B) (C) (D) (E) | 25 – (A) (B) (C) (D) (E) | 46 – (A) (B) (C) (D) (E) | 66 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 – (A) (B) (C) (D) (E) | 26 – (A) (B) (C) (D) (E) | 47 – (A) (B) (C) (D) (E) | 67 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 – (A) (B) (C) (D) (E) | 27 – (A) (B) (C) (D) (E) | 48 – (A) (B) (C) (D) (E) | 68 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 – (A) (B) (C) (D) (E) | 28 – (A) (B) (C) (D) (E) | 49 – (A) (B) (C) (D) (E) | 69 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 – (A) (B) (C) (D) (E) | 29 – (A) (B) (C) (D) (E) | 50 – (A) (B) (C) (D) (E) | 70 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 – (A) (B) (C) (D) (E) | 30 – (A) (B) (C) (D) (E) | 51 – (A) (B) (C) (D) (E) | 71 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 – (A) (B) (C) (D) (E) | 31 – (A) (B) (C) (D) (E) | 52 – (A) (B) (C) (D) (E) | 72 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 13 – (A) (B) (C) (D) (E) | 32 – (A) (B) (C) (D) (E) | 53 – (A) (B) (C) (D) (E) | 73 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 14 – (A) (B) (C) (D) (E) | 33 – (A) (B) (C) (D) (E) | 54 – (A) (B) (C) (D) (E) | 74 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 15 – (A) (B) (C) (D) (E) | 34 – (A) (B) (C) (D) (E) | 55 – (A) (B) (C) (D) (E) | 75 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 16 – (A) (B) (C) (D) (E) | 35 – (A) (B) (C) (D) (E) | 56 – (A) (B) (C) (D) (E) | 76 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 17 – (A) (B) (C) (D) (E) | 36 – (A) (B) (C) (D) (E) | 57 – (A) (B) (C) (D) (E) | 77 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 18 – (A) (B) (C) (D) (E) | 37 – (A) (B) (C) (D) (E) | 58 – (A) (B) (C) (D) (E) | 78 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 19 – (A) (B) (C) (D) (E) | 38 – (A) (B) (C) (D) (E) | 59 – (A) (B) (C) (D) (E) | 79 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 39 – (A) (B) (C) (D) (E) | 60 – (A) (B) (C) (D) (E) | 80 – (A) (B) (C) (D) (E) |

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

01. Leia o texto a seguir:

Uma ética de mão dupla

“Desde que a lei de combate à corrupção entrou em vigor, no começo do ano, o especialista em Direito Público Fábio Medina Osório mergulhou em sua análise. Ex-promotor do Ministério Público do Rio Grande do Sul, doutor em Direito Administrativo e presidente do Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado (IIEDE), Medina vê na lei que impõe severas sanções aos corruptores o início do que pode ser uma profunda mudança de costumes – dos maus costumes. Mas alerta: não adianta tentar punir apenas o empresário.”

Assinale a alternativa que indica a principal intenção do texto.

- a) discorrer sobre as implicações da lei de combate à corrupção.
- b) trazer a opinião de um especialista
- c) descrever a lei anticorrupção.
- d) reforçar a importância da lei que entrou em vigor
- e) apresentar o especialista em Direito Público.

02. O par de frases abaixo que mostra uma relação de causa e efeito é:

- a) João chegou ao trabalho cansado / João não dormiu a noite toda
- b) O festival de música durava uma semana / Não era fácil organizar o festival
- c) A sala de aula estava cheia / Muitos alunos estavam presentes.
- d) A limpeza urbana está precária / Não há concurso para agente de limpeza urbana há anos.
- e) Recife é um dos principais destinos dos brasileiros / As praias de Recife são lindas.

03. A regência verbal de pertencer exige a preposição a e, por isso, ele pode estar seguido de um complemento que exija o emprego do acento indicativo de crase. Esse acento deve ser empregado na seguinte frase em que figura esse verbo:

- a) Nossa vida pertence a **Deus**
- b) O saci e o lobisomem pertencem a **imaginação**
- c) O amor pertence a **mim**.
- d) Os Jogos Olímpicos pertencem a **esta cidade**.
- e) Estas estradas pertencem a **Curitiba**.

04. A frase abaixo em que o significado da palavra sublinhada foi trocado é:

- a) Pela sua atitude, foi tachado de egoísta.
- b) O surgimento de uma nova forma de governo era iminente.
- c) Os sintomas começam pela cauda do animal.
- d) O extrato social deveria importar menos que o caráter.
- e) O emigrante carrega a saudade do lugar a que pertence.

05. A torneira gotejava compassadamente. A pia, enferrujada, parecia ansiar pela próxima gota. No centro, uma mesa de madeira que saudosamente lembrava a comunhão que um dia houve ali. As paredes revelavam as marcas deixadas pelo tempo.

Sobre a estruturação dessa descrição, a afirmação correta, é:

- a) a descrição parte do todo para as partes;
- b) movimento da descrição é de cima para baixo;
- c) a descrição se fundamenta numa visão à distância;
- d) a descrição ocorre de perto para longe;
- e) o movimento da descrição é de dentro para fora.

06. Um dos problemas muito comuns na estruturação de um texto é a presença de ambiguidade sintática, ou seja, a possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Os gerentes informaram aos administradores que não poderiam dar descontos.
- b) Após a esposa passar mal, João ligou para sua mãe.
- c) Chegaram ao local e instalaram um sistema rápido.
- d) Maria pegou o suporte do relógio que estava em seu quarto.
- e) Todos chegaram no horário que estava marcado.

07. A frase abaixo que mostra a presença do discurso indireto livre é:

- a) — Não há mais o que fazer! — exclamou o médico.
- b) Os artistas chegavam para animar o festival. Venham todos dançar. Era um momento de pura descontração.
- c) Disseram as más línguas que tudo não passava de encenação.
- d) Desacreditado, imperador disse que jamais havia presenciado tamanha ousadia e falta de sorte.
- e) Então respondeu o cavaleiro: — Com muito pesar, precisarei deixá-la só esta noite!

08. Uma das qualidades estruturais das frases que escrevemos é o respeito pelo paralelismo sintático. A frase abaixo que emprega corretamente essa estratégia é:

- a) Os pesquisadores tornaram-se referência; os médicos foram essenciais.
- b) O Congresso impediu novas manifestações.
- c) Vivi motivado por dois sonhos: paz e liberdade.
- d) O jornalista afirmou ser imparcial e que prezava a liberdade de imprensa.
- e) Para esquecer o presente, vive-se o passado.

09. Em muitas frases estabelecemos comparações entre elementos do texto, tanto de forma objetiva como de forma figurada. Assinale a frase abaixo que não exemplifica qualquer tipo de comparação.

- a) "A gentileza, bem como o amor, transforma uma vida".
- b) "Paz é manter-se calmo apesar do caos".
- c) "O amor consiste em doação permanente, como uma fonte de águas na nascente".
- d) "A saudade é um caos onde se finca o pé vendo o mar".
- e) "Ter paz é melhor do que ter razão".

10. O segmento abaixo que mostra uma estrutura textual diferente da que aparece nas definições:

- a) A qualidade de vida é o método utilizado para mensurar as condições de vida de um ser humano.
- b) Sustentabilidade é a característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo.
- c) O limite é responsável pelo estabelecimento de diretrizes legais para o convívio em sociedade.
- d) A vida é um delicado equilíbrio entre tomar boas decisões e evitar perigos.
- e) Sonho: uma experiência de imaginação do inconsciente durante nosso período de sono.

11. Os adjetivos podem indicar qualidades, opiniões, características, estados ou relações dos substantivos.

Assinale a frase abaixo em que o adjetivo destacado indica uma relação.

- a) Passamos por uma situação difícil no último mês.
- b) O líder daquele grupo é muito confiável.
- c) Após a maratona, os competidores estavam eufóricos.
- d) A cadeira vermelha está reservada.
- e) A avaliação semestral será aplicada na próxima semana.

12. Assinale a frase a seguir em que o vocábulo MELHOR exemplifica uma classe gramatical diferente da das demais ocorrências.

- a) A melhor companhia é aquela que te permite ficar em silêncio.
- b) Os amigos são os melhores espelhos.
- c) O melhor tempo é aquele que você reserva para você.
- d) Pensa-se melhor quando se pensa em silêncio.
- e) Ele tinha o melhor professor.

13. Em todas as frases abaixo há a supressão intencional de um ou mais vocábulos (elipse), que podem ser inferidos pelos vocábulos restantes. A frase abaixo que se mostra completa, sem qualquer elipse, é:

- a) Viver a vida não é viver inconsequentemente; é aproveitar cada momento.
- b) Numa manhã, louca; na outra, prudente.
- c) Inesquecível a minha infância.
- d) Os ventos levam tristezas passadas para o mar do esquecimento.
- e) As oportunidades não aparecem todos os dias; vão para nunca mais.

14. A impessoalidade pode ser construída em língua portuguesa com o pronome SE, no entanto nem todo vocábulo SE possibilita essa impessoalidade. Assinale a alternativa em que essa partícula NÃO apresenta essa função.

- a) Acreditava-se que a transparência dos gastos prejudicaria a segurança da instituição.
- b) Naquele ano, fez-se o maior festival gastronômico da história do país.
- c) Aquele espaço não era bem avaliado; reclamava-se de superlotação.
- d) Dorme-se melhor quando há a prática de atividades físicas.
- e) A reunião durou quase toda a manhã; tratava-se do futuro da empresa.

15. “Antes de falar, pense nas consequências de suas palavras.” Essa frase exemplifica a seguinte função da linguagem:

- a) metalinguística
- b) conativa
- c) referencial
- d) poética
- e) fática

16. Os verbos de ligação indicam estados (estado permanente, estado transitório, aparência de estado, continuidade de estado e mudança de estado). Assinale a frase em que o verbo ESTAR é classificado como verbo de ligação.

- a) O conhecimento está no íntimo do ser humano.
- b) A performance está nas mãos dos representantes.
- c) O medo e a insegurança sempre estão perto de causar o caos.
- d) O desejo está envolvido com os sentidos do ser.
- e) Os alunos estão na sala aguardando o professor.

17. No cartaz que contenha a frase “Doa-se filhotes de *pedigree*”, para adequá-lo à norma-padrão, será necessário redigi-lo da seguinte forma:

- a) Doa-se filhotes que têm *pedigree*.
- b) Doa-se filhotes os quais tem *pedigree*.
- c) Doam-se filhotes que tem *pedigree*.
- d) Doam-se filhotes que têm *pedigree*.
- e) Doam-se filhotes cujos tem *pedigree*.

18. A conjunção que empregada na frase: “eu comi tanto no almoço de domingo que passei mal” tem o seguinte sentido:

- a) conformidade
- b) condição
- c) consequência
- d) causa
- e) proporcionalidade

19. Os jogadores apontaram a altitude, o gramado esburacado e o estádio em péssimas condições como fatores que prejudicaram o desempenho da equipe. Mas nenhum dos adversários chateou mais do que uma manifestação racista da torcida.

A palavra **mas** no texto acima apresenta o papel semântico de

- a) demonstrar oposição entres as ideias
- b) indicar a causa do que é informado antes
- c) retomar as informações anteriores
- d) dar ênfase à informação seguinte.
- e) indicar a consequência do fato anterior.

20. A frase em que a presença ou ausência da preposição está de acordo com a norma-padrão é:

- a) Tenho certeza que ele chegará no horário.
- b) Preciso de que me arranjem um empréstimo.
- c) Convidaram à Melissa para ir ao show.
- d) A necessidade que ela viesse me ajudar me fez chamá-la.
- e) Estarei à sua casa às oito em ponto.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Tiago Zanolla

21. Péricles, servidor público do Tribunal de Justiça Estado, ocupante do cargo efetivo e estável na carreira, foi aposentado por invalidez. Alguns anos depois, após verificação de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria foi determinado seu regresso ao serviço público.

Conforme o Estatuto dos Servidores, o citado regresso é chamado de

- a) reversão
- b) transferência
- c) promoção
- d) reintegração
- e) readaptação

22. Marcos, servidor do TJ-AP estava preocupado. Ele havia recebido uma ordem para se submeter a uma inspeção médica, mas estava hesitante em cumprir a determinação, temendo que isso pudesse afetar sua privacidade. Conversando com colegas, Marcos recebeu informações variadas sobre as consequências de não atender à ordem. Cada colega apresentou uma possibilidade diferente.

Conforme o Estatuto dos Servidores, qual é a penalidade aplicável ao servidor Marcos, caso ele se recuse injustificadamente a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente?

- a) Será demitido imediatamente.
- b) Receberá advertência por escrito.
- c) Terá corte de 50% do salário por dois meses.
- d) Será punido com suspensão de até 15 dias.
- e) Será transferido compulsoriamente para outra unidade.

23. Carla, uma servidora pública, recentemente foi penalizada em seu trabalho e acreditava firmemente na injustiça da punição recebida. Ela decidiu buscar a revisão do processo disciplinar, mas não tinha certeza sobre os procedimentos e normas aplicáveis. Conversando com colegas, ouviu várias informações, mas não sabia quais estavam corretas.

Conforme o Estatuto dos Servidores, qual é o procedimento correto que Carla deve seguir para solicitar a revisão de sua penalidade disciplinar, conforme as normas estabelecidas?

- a) Carla deve enviar o pedido de revisão diretamente à comissão do processo disciplinar.
- b) A revisão do processo disciplinar é automaticamente aceita ao ser requerida pelo servidor.
- c) O requerimento de revisão do processo deve ser dirigido ao Secretário de Estado da Administração ou autoridade equivalente.
- d) A revisão do processo resultará em agravamento da penalidade, caso seja julgada procedente.
- e) O prazo para a comissão revisora concluir os trabalhos é de 30 dias.

24. Roberto, um advogado recém-formado, foi designado para um caso no Estado do Amapá. Ele precisava entender a composição da Justiça do Estado para melhor orientar sua estratégia jurídica. Durante a pesquisa, Roberto encontrou informações variadas, mas nem todas corretas. Ele decidiu verificar os detalhes com um colega mais experiente.

Qual das seguintes afirmações sobre a composição e disposições da Justiça do Estado do Amapá está correta, de acordo com o Código de Organização Judiciária?

- a) Juízes de Direito Auxiliares servirão exclusivamente fora da Capital, Macapá.
- b) Os Juízes de Direito não são obrigados a residir na sede da respectiva Comarca.
- c) Em cada Comarca, haverá um Tribunal de Júri, Juízes de Paz e seus suplentes, mas não necessariamente um Juiz de Direito.
- d) Juízes de Direito Substitutos têm domicílio e residência em Macapá e servem em todo o Estado.
- e) Conselhos de Justiça Militar não fazem parte da Justiça do Estado do Amapá.

25. Segundo o Código de Organização Judiciária, os Serviços Auxiliares da Justiça são executados pelos seguintes serviços, exceto

- a) pelas Secretarias do Tribunal de Justiça.
- b) pelos Ofícios Judiciais.
- c) pelos Ofícios Extrajudiciais.
- d) pelos Serventuários subordinados às Diretorias dos Fóruns.
- e) pelos Servidores subordinados ao Ministério Público.

26. Luciana, uma estudante de Direito, estava revisando para um exame sobre a estrutura do Poder Judiciário no Estado do Amapá. Ela sabia que era importante entender não apenas quais órgãos fazem parte dessa estrutura, mas também identificar aqueles que não pertencem a ela. Durante um grupo de estudos, seus colegas mencionaram vários órgãos e entidades, e Luciana quis testar seu conhecimento distinguindo os corretos dos incorretos.

Qual dos seguintes órgãos NÃO é parte da Justiça do Estado do Amapá, conforme descrito no Código de Organização Judiciária?

- a) Tribunal de Contas do Estado.
- b) Juízes de Direito.
- c) Conselhos de Justiça Militar.
- d) Juízes de Direito Auxiliares.
- e) Juizados Especiais.

27. Ricardo, um jovem advogado, estava se preparando para um importante caso que seria julgado no Tribunal de Justiça. Para se familiarizar com a estrutura do Tribunal, ele revisou o Artigo 3º do Regimento Interno, que descreve as diferentes formas de funcionamento do Tribunal de Justiça. Durante uma reunião com colegas, surgiu uma discussão sobre quais seriam essas instâncias.

De acordo com o RI, em quais das seguintes formas o Tribunal de Justiça funciona?

- a) Em Plenário, em Seção Única, em Câmara Única, em Conselho da Magistratura e em Conselho Superior dos Juizados Especiais.
- b) Em Plenário, Órgão Especial e em Câmara Única.
- c) Em Plenário, em Seção Única e em Conselho de Ética.
- d) Exclusivamente em Conselho da Magistratura e em Conselho Superior dos Juizados Especiais.
- e) Em Câmara de Recursos, em Plenário, Seção de Dissídios Coletivos e em Conselho da Magistratura.

28. Amanda, uma jovem servidora do Tribunal de Justiça, estava organizando um treinamento para novos funcionários sobre a estrutura e funcionamento do Tribunal. Ela queria incluir uma sessão de perguntas e respostas para garantir que os conceitos fossem bem compreendidos.

Conforme as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, qual das seguintes afirmações está correta sobre a constituição e presidência de seus órgãos?

- a) O Plenário é composto por todos os Desembargadores e é presidido pelo Corregedor-Geral.
- b) A Seção Única e a Câmara Única são compostas por todos os Desembargadores, à exceção do Presidente do Tribunal e do Corregedor-Geral, e são presididas pelo Vice-Presidente.
- c) O Conselho Superior dos Juizados Especiais é constituído de todos os Desembargadores e presidido pelo Presidente do Tribunal.
- d) Para a eleição do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral, é permitida a recondução ou reeleição para o período imediatamente subsequente.
- e) Em caso de empate na eleição para os cargos de direção do Tribunal, será escolhido o Desembargador mais novo.

29. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça, qual das seguintes afirmações é verdadeira sobre as atribuições do Presidente do Tribunal em relação à segurança e a investigação de infrações penais?

- a) O Presidente do Tribunal não pode requisitar o auxílio de outras autoridades para a Polícia do Tribunal.
- b) Quando ocorre uma infração à lei penal na sede ou dependências do Tribunal, o Presidente sempre deve instaurar inquérito pessoalmente, sem exceções.
- c) O Presidente do Tribunal tem a prerrogativa de requisitar o auxílio de outras autoridades para a Polícia do Tribunal, quando necessário.
- d) Nas audiências, a responsabilidade pela polícia é do Corregedor, não do Presidente do Tribunal.
- e) Os inquéritos administrativos realizados pelo Tribunal não seguem normas próprias, mas sim diretrizes gerais da Justiça Estadual.

30. Conforme o Art. 172 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, qual das seguintes afirmações é correta sobre o quórum necessário para diferentes tipos de julgamentos no Pleno do Tribunal?

- a) O quórum para o julgamento da ação penal originária e outros casos específicos é de dois terços dos membros do Tribunal, incluindo o Presidente.
- b) Para o julgamento de matéria constitucional, o quórum necessário é de metade mais um dos membros do Tribunal.
- c) O quórum para julgamento de recurso administrativo é de dois terços dos membros do Tribunal, excluindo o Desembargador que proferiu a decisão questionada.
- d) Em todas as situações de julgamento, o quórum necessário é de dois terços dos membros do Tribunal, sempre incluindo o Presidente.
- e) Para a eleição dos titulares de sua direção, o quórum necessário é de metade dos membros do Tribunal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thállius Moraes

31. Considerando as regras acerca das normas fundamentais do Processo Civil, o CPC estabelece que

- a) p processo começa e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- b) não poderá, em nenhuma hipótese, ser proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- c) o interesse do autor não pode limitar-se meramente à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento.
- d) não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
- e) não se proferirá, em nenhuma hipótese, decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

32. Conforme rege o CPC, considera-se litigante de má-fé, dentre outros casos, aquele que proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo. Nessas situações, a parte condenada por litigância de má-fé será condenada

- a) a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos e despesas efetuadas, além de arcar com honorários advocatícios.
- b) apenas à multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.
- c) multa, que deverá ser de até cinco por cento do valor corrigido da causa.
- d) apenas a indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos e a arcar com os honorários advocatícios.
- e) a pagar multa, de até dez por cento do valor corrigido da causa.

33. Acerca dos impedimentos e suspeições do juiz, segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Há suspeição do juiz quando promover ação contra a parte ou seu advogado.
- b) Há impedimento do juiz que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- c) Há impedimento do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- d) Há suspeição do juiz no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- e) Há suspeição do juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

34. Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa correta.

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das seis às dezoito horas.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
- c) Haverá a interrupção dos prazos durante o período compreendido entre 20 de Janeiro e 20 de Dezembro.
- d) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense e os domingos, os sábados, contudo, são considerados dias úteis não trabalhados.
- e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

35. Acerca da citação no processo civil, assinale a alternativa incorreta

- a) A citação será efetivada em até quarenta e cinco dias a partir da propositura da ação.
- b) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, dentre outros casos, de quem estiver participando de ato de culto religioso.
- c) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a nulidade da citação, mas não a sua falta.
- d) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- e) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até dois dias úteis, contado da decisão que a determinar.

36. O processo é iniciado mediante o ajuizamento da petição inicial, tendo seu curso suspenso, dentre outras, na seguinte hipótese

- a) pela enfermidade grave de qualquer das partes ou de seus advogados.
- b) pelo deferimento de intervenção de terceiros.
- c) por falecimento do procurador da parte, devendo a parte, mediante determinação judicial, constituir novo mandatário no prazo máximo de 30 dias.
- d) quando for arguido vício de incompetência relativa.
- e) em caso de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa

37. Antônio estava dirigindo seu veículo quando foi abalroado pelos veículos de Edmar e Renato, que estavam apostando corrida na via pública. Diante disso, Antônio ajuizou ação de reparação em face dos dois motoristas. Nessa demanda apenas um Renato ofereceu contestação Edmar, embora revel, constituiu procurador distinto e de outro escritório de advocacia nos autos.

Tratando-se de autos eletrônicos, e sabendo-se que o juízo julgou procedente o pedido, é correto afirmar que:

- a) será contado em dobro o prazo para que qualquer um dos litisconsortes ofereça o recurso de apelação.
- b) os fatos narrados por Antônio foram presumidamente tidos por verdadeiros, ante a inércia de Edmar em contestar a ação.
- c) o prazo para o réu contestante oferecer o recurso de apelação será de quinze dias.
- d) o prazo para o réu contestante recorrer será contado em dobro, e para o réu revel será contado de forma simples;
- e) em face da revelia, os prazos para Edmar fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

38. Acerca da prova documental, assinale a alternativa correta

- a) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença.
- b) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não terá qualquer eficácia probatória.
- c) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por prova testemunhal.
- d) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por documento particular, assinado pelas partes.
- e) A parte que impugnar a autenticidade ou suscitar a falsidade do documento poderá utilizar-se de alegação genérica de falsidade.

39. Considerando as disposições do CPC acerca dos recursos, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- b) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 15 dias.
- c) É obrigatório o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.
- d) O recurso cabível contra os despachos é o agravo de instrumento.
- e) A desistência do recurso pode ser feita a qualquer momento, independentemente da anuência da parte contrária.

40. Considerando as disposições da Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa incorreta

- a) O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais
- b) Sendo necessário, a citação poderá ser feita por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória.
- c) Não é admitida nenhuma forma de intervenção de terceiro nem de assistência.
- d) A assistência por advogado é obrigatória.
- e) Não é admissível a citação por edital.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

41. Conforme o art. 1º da CF88, a República Federativa do Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito. Sobre o tema “Princípios Fundamentais”, Florisvaldo, estudante de Direito, foi questionado por seu amigo Roberval sobre quais são os fundamentos previstos na CF88 para o nosso país. A resposta correta de Florisvaldo foi:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) a soberania e os valores sociais do trabalho.
- c) a independência nacional e o pluralismo político.
- d) a igualdade entre os Estados e garantir o desenvolvimento nacional.
- e) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

42. Mélviz praticou um crime comum previsto no Código Penal Brasileiro. Enquanto Promotor de Justiça do Estado do Amapá. Melvis será processado e julgado:

- a) pelo Juiz de Direito local.
- b) pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) pelo Tribunal Regional Federal.
- e) pelo Tribunal de Justiça do Estado.

43. Jucineide, por falta de norma regulamentadora, precisa que se torne viável prerrogativa inerente ao seu direito social ao trabalho. Para garantia desse direito, e conforme a Constituição Federal, Jucineide poderá impetrar

- a) mandado de injunção.
- b) mandado de segurança.
- c) habeas data.
- d) ação civil pública.
- e) ação popular.

- 44.** Jolelton se prepara para concursos do Poder Judiciário e desenvolve um estudo comparativo das competências do Congresso Nacional e suas casas legislativas. Conforme disposto na Constituição Federal, compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ)
- a) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
 - b) processar e julgar a extradição solicitada por Estado Estrangeiro.
 - c) processar e julgar os Desembargadores dos Tribunais de Justiça nos crimes comuns e de responsabilidade.
 - d) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
 - e) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- 45.** Diocleciano, brasileiro naturalizado com 36 anos de idade, é integrante da carreira do Ministério Público da União. Dotado de notável saber jurídico e reputação ilibada, Diocleciano NÃO poderá ser indicado:
- a) Procurador-Geral da República.
 - b) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
 - c) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - d) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
 - e) Desembargador Federal de um Tribunal Regional Federal.
- 46.** Cloroquínio, radicalizado por uma rede de influenciadores nas mídias sociais, se junta a uma horda de fanáticos violentos, que armados de paus e pedras praticam uma série de crimes contra os Poderes Constitucionais e o Estado Democrático de Direito, pois desejam a instauração de uma Ditadura Civil-Militar. Segundo o art. 5º da Constituição Federal, a conduta de Cloroquínio e seus comparsas constitui um crime:
- a) apenas inafiançável.
 - b) inafiançável e imprescritível.
 - c) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
 - d) apenas imprescritível.
 - e) inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- 47.** Bertoldo é Ministro de Estado. Acusado de lesar um direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, tem um mandado de segurança ajuizado contra seu respectivo ato. De acordo com a CF 88, a competência para julgar tal mandado de segurança é:
- a) do Juiz Federal competente.
 - b) do Juiz de Direito da localidade atingida.
 - c) do Supremo Tribunal Federal.
 - d) do Superior Tribunal de Justiça.
 - e) do Tribunal Regional Federal competente.
- 48.** O Tenente Coronel Romualdo Bezerra, 53 anos de idade, é militar da reserva e deseja se candidatar ao cargo de senador pelo Estado do Amapá. De acordo com a CF88, a idade mínima para ser detentor do presente mandato eletivo é:
- a) 60 anos de idade.
 - b) 30 anos de idade.
 - c) 35 anos de idade.
 - d) 21 anos de idade.
 - e) 18 anos de idade.

49. Marilda é trabalhadora rural devidamente registrada por seu empregador. Mãe de Guilherme, 4 anos de idade, consulta seu sindicato para saber se seu filho tem direito à creche e pré-escola enquanto direito social assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais. De acordo com a CF 88, o referido direito está garantido para as crianças até:

- a) 6 anos de idade.
- b) 4 anos de idade.
- c) 3 anos de idade.
- d) 10 anos de idade.
- e) 5 anos de idade.

50. Conforme previsão constitucional inserida no art. 5º da CF88, não constitui princípio do Tribunal do Júri.

- a) plenitude de defesa.
- b) sigilo das votações.
- c) soberania dos veredictos.
- d) incomunicabilidade do réu.
- e) competência para julgar os crimes dolosos contra a vida.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

51. A Delegacia de Furtos a Veículos e Transportes, no Estado X, era responsável por investigar delitos desse tipo em toda a área estadual. Diante do aumento nos índices de crimes dessa natureza na região, a autoridade competente dividiu de maneira regular as atividades da Delegacia. Agora, existem duas delegacias especializadas distintas: a Delegacia de Furtos a Automóveis e a Delegacia de Furtos a Cargas.

No cenário fictício em questão, a medida adotada pelo Estado X é denominada:

- a) centralização administrativa, concentrando os dois órgãos na mesma especialidade de crime, porém, em diferentes objetos;
- b) desconcentração administrativa, que consiste em distribuição interna de competências;
- c) outorga administrativa, mediante especialização de competência entre delegacias diversas;
- d) descentralização territorial, com o objetivo de abranger maior policiamento na região;
- e) descentralização por delegação, mediante divisão externa de competência entre órgãos distintos do Estado X.

52. A Administração Pública de uma entidade federativa está passando por um processo de reorganização que abrange sua estrutura, incluindo a administração indireta. Nesse cenário, é conduzido um levantamento das empresas estatais em operação na entidade federativa, levando à decisão de encerrar as atividades das que não mais se alinham com a finalidade social estabelecida pelo governo e daquelas que apresentam déficits financeiros. Para tanto,

- a) deverá realizar previamente um processo de licitação para identificar possíveis interessados na aquisição do capital social da empresa, sendo permitida a extinção somente na ausência de licitantes;
- b) deve quitar todas as despesas da empresa e alienar seu patrimônio antes de requerer autorização legislativa para decretar sua extinção;
- c) pode proceder ao encerramento das atividades de forma semelhante ao que é aplicado às empresas privadas, sem necessitar de autorização prévia, que é exigida somente para a instituição dessas pessoas jurídicas;
- d) será imprescindível obter autorização legislativa, inclusive para definir o destino de seu patrimônio, caso não se pretenda que ele retorne à Administração central;
- e) para efetuar a extinção da empresa, deverá emitir um ato da mesma natureza do utilizado para sua criação, ou seja, um decreto ou lei.

53. Considere que a prefeitura do município W tenha instituído uma nova norma que proíbe a realização de eventos em praças sem a devida autorização prévia. Essa regulamentação buscou garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos que frequentam essas áreas.

Com base nesse contexto, identifique a alternativa que descreve o princípio da Administração Pública cuja definição está diretamente associada aos motivos que levaram a prefeitura a criar essa regulamentação.

- a) Princípio da supremacia do interesse público;
- b) Princípio da razoabilidade;
- c) Princípio da indisponibilidade;
- d) Princípio da reserva legal;
- e) Princípio da segurança jurídica.

54. A Corporação Y é uma sociedade empresarial especializada na extração de matérias-primas e conta com aproximadamente mil colaboradores, entre empregados diretos e indiretos. Durante a primeira inspeção realizada pela Administração Pública e que acusou pequenos danos ao meio ambiente associados às operações da empresa, foi ordenada a interdição de todas as instalações comerciais da organização.

Diante desse contexto, a ação da Administração Pública vai de encontro ao princípio da:

- a) eficiência, em especial o subprincípio da efetividade;
- b) autotutela, em especial o subprincípio da sindicabilidade;
- c) razoabilidade, em especial o subprincípio da admissibilidade;
- d) motivação, em especial a teoria dos motivos determinantes;
- e) proporcionalidade, em especial o subprincípio da exigibilidade.

55. O Ministério Público do Estado W firmou contrato administrativo com a sociedade empresária X para a aquisição de notebooks funcionais destinados aos seus membros. Entretanto, a contratada não cumpriu as especificações do edital de licitação e do contrato, fornecendo computadores com capacidade de memória inferior e sem outras funcionalidades.

Diante dessa infração, o Ministério Público tomou diversas medidas, incluindo a aplicação de sanção administrativa conforme previsto em lei, após conduzir um processo administrativo regular.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a imposição da mencionada sanção foi fundamentada diretamente no poder administrativo:

- a) de polícia, considerando a relação contratual prévia;
- b) discricionário, sem depender da relação contratual prévia;
- c) disciplinar, considerando a relação contratual prévia;
- d) normativo, considerando a supremacia do contratante sobre o contratado, o qual representa o poder público;
- e) hierárquico, considerando a supremacia do contratante sobre o contratado, representando este o poder público.

56. Um servidor público estatutário visitou o restaurante Z para fins de fiscalização e, durante a inspeção, observou uma barata percorrendo o chão do salão onde os clientes estavam sendo atendidos. A fiscalização continuou, e nenhum outro inseto foi identificado. Nas demais inspeções, o estabelecimento estava em perfeitas condições.

O servidor público, no exercício de um dos poderes do Estado, decidiu interditar o estabelecimento, considerando que o local não apresentava condições adequadas de salubridade para funcionar.

Nesse contexto, é correto afirmar que o servidor público exerceu, no caso concreto:

- a) o poder disciplinar, entretanto, ocorreu violação ao princípio da proporcionalidade, especialmente ao subprincípio da exigibilidade, uma vez que existiam outras medidas menos prejudiciais para corrigir o problema identificado;
- b) o poder de polícia, no entanto, ocorreu violação ao princípio da proporcionalidade, especialmente ao subprincípio da exigibilidade, uma vez que existiam outras medidas menos prejudiciais para corrigir o problema identificado;
- c) o poder de polícia, no entanto, ocorreu violação ao princípio da proporcionalidade, especialmente ao subprincípio da adequação, uma vez que existiam outros mecanismos menos prejudiciais para corrigir o problema identificado;
- d) o poder disciplinar, sem qualquer violação ao princípio da proporcionalidade ou aos subprincípios dele decorrentes, levando em consideração a necessidade de preservar a saúde e a segurança dos consumidores;
- e) o poder disciplinar, no entanto, ocorreu violação ao princípio da legalidade, uma vez que a interdição do estabelecimento demandaria a intervenção do Poder Judiciário.

57. O Estado Z emitiu o ato administrativo X, de natureza discricionária, e o ato administrativo C, de natureza vinculada, com o propósito de regulamentar questões de interesse regional. Um particular, prejudicado por ambos os atos administrativos, optou por impugná-los, apresentando uma ação perante o Poder Judiciário. Após análise do caso pelo juiz, foi constatado que o ato administrativo X é válido, enquanto o ato administrativo C é inválido.

Diante dessa situação, de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial predominante, o juiz:

- a) não poderá revogar o ato administrativo X, para evitar interferência nas atribuições da Administração Pública, nem anular o ato administrativo C, dado seu caráter vinculado;
- b) poderá revogar o ato administrativo X, em deferência ao controle judicial sobre a Administração Pública. No entanto, não poderá anular o ato administrativo C, dada sua natureza vinculada;
- c) não poderá revogar o ato administrativo X, a fim de não se intrometer nas competências da Administração Pública. No entanto, poderá revogar o ato administrativo C, considerando sua ilegalidade;
- d) não será possível revogar o ato administrativo X, para evitar interferência nas atribuições da Administração Pública. No entanto, poderá anular o ato administrativo C, considerando sua ilegalidade;
- e) poderá revogar o ato administrativo X, em apoio ao controle judicial sobre a Administração Pública. Além disso, poderá revogar o ato administrativo C, considerando sua ilegalidade.

58. Servidor público estadual, praticou um ato administrativo com vício. Um determinado administrado, ao perceber o ocorrido, informou ao servidor sobre o vício; no entanto, o ato administrativo foi convalidado.

Em relação a esse tema, é correto afirmar que:

- a) a Administração Pública não possui a opção de manter ou não o ato viciado no mundo jurídico; ela pode, no entanto, eliminar o ato viciado por meio do instituto da revogação;
- b) todo ato administrativo com vício deve ser anulado pela Administração Pública, independentemente da natureza do vício presente;
- c) a convalidação do ato administrativo nem sempre é possível; isso depende do tipo de vício que afeta o ato;
- d) a Administração Pública pode, por razões de conveniência e oportunidade, manter válido um ato administrativo viciado, independentemente da natureza do defeito presente;
- e) se o vício presente no ato estava no motivo do ato administrativo, a Administração Pública agiu de maneira adequada.

59. No que diz respeito aos tipos de licitação, que estão relacionados aos critérios de julgamento, a Lei n.º 14.133/2021 determina que o julgamento por:

- a) maior oferta de desconto utilizará como base o preço parcial estabelecido no edital de licitação para cada categoria de bens ou serviços, e o desconto não será automaticamente aplicado aos possíveis termos aditivos, a menos que haja consenso entre as partes contratantes;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico levará em conta as propostas técnicas ou produções artísticas disponíveis no mercado, e o edital deve especificar o prêmio ou a remuneração que será concedido aos vencedores, seguindo os princípios da legalidade e da economicidade;
- c) maior vantagem econômica, aplicada apenas na celebração de contratos de eficiência, avaliará a maior economia para a Administração, e a remuneração deve ser determinada com base em um percentual que será calculado de acordo com a economia efetivamente alcançada na execução do contrato;
- d) avaliação conjunta de técnica e preço levará em conta a maior pontuação obtida por meio da ponderação de notas atribuídas aos aspectos de técnica e preço da proposta, de acordo com os critérios objetivos definidos no edital, com o requisito de preço tendo uma valoração mínima de duas vezes a de técnica;
- e) escolha do menor preço se baseará no custo mais baixo para a Administração, desde que atendidos os padrões mínimos de qualidade disponíveis no mercado, sendo que os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção e ao impacto ambiental do objeto licitado, não podem ser considerados na determinação do custo mais baixo.

60. Quanto ao desempenho das funções cruciais para a execução adequada da Lei de Licitações e Contratos n.º 14.133/2021, a orientação legal é que a autoridade máxima do órgão ou entidade adote uma gestão por competências, visando designar agentes públicos para o cumprimento dessas funções essenciais. Entretanto, para essa designação, é necessário que tais agentes atendam a alguns requisitos estabelecidos na mencionada Lei.

Esses requisitos incluem:

- I. Preferencialmente, devem ser servidores efetivos ou empregados públicos integrantes dos quadros permanentes da Administração Pública;
 - II. Deve possuir atribuições vinculadas a licitações e contratos ou apresentar formação compatível, além de qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público;
 - III. Não devem ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados frequentes da Administração, e também não devem possuir vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nem de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
- Quais estão corretos?
- a) Apenas I.
 - b) Apenas III.
 - c) Apenas I e II.
 - d) Apenas II e III.
 - e) I, II e III.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

61. Luís, procurador do Município de Belém, foi instado pela Prefeitura a elaborar um parecer técnico a respeito da possibilidade da contratação de menores de idade para assumirem funções comissionadas em um hospital público da cidade. No parecer, Luís afirmou que seria possível a contratação de menores a partir dos 12 anos de idade, pois nessa faixa etária, admite-se que eles possam atuar como aprendizes.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Luís opinou acertadamente a respeito do tema ventilado no parecer.
- b) Luís opinou erroneamente a respeito do tema ventilado no parecer, e pode ser responsabilizado independentemente de culpa (*lato sensu*).
- c) Luís opinou erroneamente a respeito do tema ventilado no parecer, e por isso pode ser responsabilizado, sendo o fundamento legal de sua responsabilidade o cometimento de erro grosseiro.
- d) Luís opinou erroneamente a respeito do tema ventilado no parecer, e por isso pode ser responsabilizado, sendo o fundamento legal de sua responsabilidade ter procedido culposamente.
- e) Luís opinou erroneamente a respeito do tema ventilado no parecer, e por isso pode ser responsabilizado, sendo o fundamento legal de sua responsabilidade ter procedido com dolo ou culpa.

62. Maria, 35 anos, grávida, sofreu injúrias graves que atingiram a ela e ao bebê que carrega no ventre. Paulo, autor das afirmações injuriosas, chamou-a publicamente de “vaca”, e aludiu ao bebê chamando-o de “estrupe”. Em razão do fato, duas ações de reparação por danos morais foram propostas contra Paulo: a primeira, movida por Maria; a segunda, pelo bebê, tendo por representante legal sua própria mãe.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Nenhuma das ações pode ser julgada procedente, pois Paulo atuou no exercício de sua liberdade de expressão.
- b) Somente a primeira ação deve ser julgada procedente, pois nascituro não tem direitos tutelados pelo sistema jurídico.
- c) Somente a segunda ação deve ser julgada procedente, pois Maria, sendo plenamente capaz, tem condições de exercer seu direito de resposta.
- d) Ambas as ações deve ser julgadas procedentes, pois tanto Maria como o bebê são dotados de personalidade e foram atingidos em sua honra.
- e) Ambas as ações devem ser julgadas procedentes, pois Maria é dotada de personalidade, ao passo que o bebê, embora não tenha personalidade, conta com direitos tutelados desde a concepção.

63. Artur tem 15 anos de idade. Roberto, 19 anos, é pessoa com deficiência mental moderada. Lucas, 25 anos, bebe exageradamente aos fins de semana com os amigos. Amélia, 32 anos, dilapida constantemente seus bens e gasta tudo que recebe, ficando sempre endividada. Patrícia, 50 anos, está em coma. Josefa, 52 anos, é analfabeta.

Com relação à situação descrita, são considerados relativamente incapazes:

- a) Artur, Roberto, Lucas, Amélia, Patrícia e Josefa.
- b) Artur, Lucas, Amélia e Patrícia e Josefa.
- c) Roberto, Lucas e Amélia.
- d) Amélia e Patrícia.
- e) Roberto, Amélia e Patrícia.

64. Rubens estava viajando em um avião que caiu em alto mar. Esgotadas as buscas e averiguações, não se conseguiu encontrar o cadáver de Rubens.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Rubens pode ser sua morte presumida declarada, independentemente de prévia decretação de ausência.
- b) É preciso que se promova a decretação judicial de ausência para que, observados todos os trâmites legais, se declare a morte presumida de Rubens.
- c) Somente com a localização do cadáver será possível declarar a morte de Rubens.
- d) A sentença que declarar a morte presumida de Rubens não precisa aludir à data provável do seu falecimento.
- e) Se Rubens estivesse viajando com o filho, incidiria a presunção legal de que o filho, por ser mais jovem, morreu primeiro.

65. Laudecir consagrou-se como cantor sertanejo utilizando o pseudônimo “Colibri do Sertão”. Recentemente, foi alvo de uma campanha difamatória promovida pelo jornal da cidade onde mora, que aludiu ao “Colibri do Sertão” com palavras que o expunham ao desprezo público. Paralelamente, uma loja de cosméticos utilizou o pseudônimo “Colibri do Sertão” para fazer propaganda de seus produtos, sem contar com a prévia autorização de Laudecir.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A proteção legal conferida ao nome não se estende ao pseudônimo.
- b) O pseudônimo “Colibri do Sertão” recebe a mesma proteção do nome de Laudecir.
- c) Para que se possa responsabilizar a empresa responsável pela publicação do jornal, é imprescindível que se comprove que o jornalista teve intenção difamatória.
- d) A responsabilidade civil pela ofensa praticada através do jornal incide apenas na pessoa do jornalista que escreveu as palavras ofensivas, não se estendendo à pessoa jurídica que edita o jornal.
- e) A propaganda feita pela loja de cosméticos configura-se como exercício regular de direitos, já que não houve qualquer ofensa a Laudecir ou ao seu pseudônimo.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

66. Carlos Alberto, inconformado com o fim de seu relacionamento com Lúcia Helena que durou por cerca de 5 anos, resolve procurá-la para discutir sobre o término e tentar a qualquer custo reconciliação. Após ser mais uma vez cientificado de que o romance não teria volta, e pretendendo ceifar a vida de Lúcia Helena, Carlos Alberto tira a faca da cintura e desfere três golpes contra a vítima, sendo um no peito e dois na região do pescoço. Após golpear a ex-namorada, Carlos Alberto foge do local sem dar pistas de seu paradeiro. Lúcia Helena é socorrida para o Hospital, mas não resiste aos ferimentos e falece. Diante da situação hipotética, Carlos Alberto, muito embora tenha causado lesão corporal em Lúcia Helena, não responderá pelo crime de lesão em razão do princípio da

- a) subsidiariedade
- b) consunção
- c) lesividade
- d) especialidade
- e) alternatividade

67. Júlia e Gustavo casaram-se em 25/01/2001. Gustavo era um jovem que gostava de sair com os amigos para beber às sextas-feiras, mas deixava Júlia sempre sozinha. Júlia não se importava que seu marido saísse com os amigos, mas em 15/04/2003, recebeu um torpedo de um número desconhecido com os seguintes dizeres: “Gustavo tem um relacionamento extraconjugal com Isabella. Todas as sextas-feiras eles se encontram no bar da Onça. Fique esperta.” Após receber referida mensagem, Júlia foi atrás de Gustavo e de fato a mensagem era verdadeira. Por causa disso, Gustavo foi processado e condenado no ano de 2004 pelo crime de adultério, tipificado, na data dos fatos, no artigo 240 do CP. Contudo, o crime deixa de existir no ano de 2005, quando Gustavo já tinha, inclusive, cumprido a pena pelo crime, a qual foi julgada extinta. Nesse caso,

- a) nada poderá ser arguido, pois mesmo se tratando de uma norma benéfica, Gustavo já cumpriu a pena.
- b) muito embora a norma seja benéfica, devendo retroagir, não poderá ser aplicado “abolitio criminis”, diante do trânsito em julgado da decisão.
- c) a lei não retroagirá, não podendo alcançar fatos anteriores.
- d) a lei retroagirá, pois em caso de abolitio criminis, a norma benéfica deve retroagir, pois afasta os efeitos penais.
- e) não há causa extintiva da punibilidade pelo “abolitio criminis”, pois quando um fato deixa de ser considerado crime, só poderá retroagir até a sentença condenatória.

68. Em um navio estrangeiro que navegava nas águas marítimas pertencentes à Portugal, John que tinha nacionalidade inglesa e se infiltrou na embarcação estrangeira como funcionário da limpeza, atenta contra a vida do Presidente da República do Brasil. Contudo, o Chefe do Executivo é socorrido e aguarda a sua recuperação na cidade de Algarve, em Portugal. John é preso e nesse caso é correto afirmar que

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.
- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.
- c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
- d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.
- e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

69. O Presidente da República, diante da nova onda de ataques de vandalismo oriundo da pandemia, decide, por meio de medida provisória, criar um novo tipo penal para coibir os atos de vandalismo. A medida provisória foi convertida em lei, sem impugnações. Com base nos dados fornecidos, assinale a opção correta.

- a) Não há ofensa ao princípio da reserva legal na criação de tipos penais por meio de medida provisória, quando convertida em lei.
- b) Não há ofensa ao princípio da reserva legal na criação de tipos penais por meio de medida provisória, pois houve avaliação prévia do Congresso Nacional.
- c) Não há ofensa ao princípio da reserva legal, pois o Presidente da República pode editar medida provisória, quando a situação for relevante e em caso de urgência.
- d) Há ofensa ao princípio da reserva legal, pois não cabe ao Presidente da República a iniciativa de lei em matéria penal.
- e) Há ofensa ao princípio da reserva legal, pois não é possível a criação de tipos penais por meio de medida provisória.

70. César Augusto, servidor público, desviou para reforma da repartição pública de onde trabalha, determinada quantia que dispunha em razão de seu cargo que estava regularmente destinada à compra de computadores para as escolas do município. Na situação hipotética acima descrita, trata-se de:

- a) crime de peculato-desvio, independentemente de César Augusto ter-se apropriado da quantia para proveito próprio ou não.
- b) crime de apropriação indébita, independentemente de César Augusto ser ou não servidor público.
- c) crime de emprego irregular de verbas públicas, já que o desvio da quantia ocorreu em proveito da administração.
- d) crime de prevaricação, posto que César Augusto agiu para satisfazer sentimento pessoal.
- e) crime de corrupção passiva privilegiada.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

71. Moçambique, Policial civil no Amapá, com a intenção de obter uma confissão de Luigi, submeteu este, mediante violência ou grave ameaça, a sofrimento físico. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta que traga a exata modalidade de tortura praticada pelo agente público.

- a) Tortura omissiva
- b) Tortura- prova
- c) Tortura-crime
- d) Tortura-discriminatória
- e) Tortura-castigo

72. Em relação aos crimes de abuso de autoridade, assinale a opção correta.

- a) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação da prova configura abuso de autoridade.
- b) São penas restritivas de direitos a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a suspensão temporária e sem vencimentos do cargo, função ou mandato, as quais podem ser aplicadas de forma autônoma ou cumulativa.
- c) Apenas membros de Poderes podem ser sujeitos ativos de tais infrações penais, excluída a possibilidade da prática por procuradores municipais.
- d) A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública condicionada à representação.
- e) A perda do cargo público e a inabilitação temporária para o exercício de função pública são efeitos automáticos da condenação.

73. Marque a alternativa correta de acordo com o Estatuto do Desarmamento (lei nº 10826/2003) e o entendimento dos Tribunais superiores.

- a) Os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento são crimes de perigo concreto.
- b) A posse irregular de arma de fogo de uso permitido com o registro vencido configura crime.
- c) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é inafiançável.
- d) O crime de comércio ilegal de arma de fogo é crime hediondo.
- e) O crime de omissão de cautela, previsto no art.13, caput, do Estatuto do Desarmamento, é um crime doloso.

74. Em relação ao crime de organização criminosa, previsto na lei nº 12850/2013, assinale a opção correta.

- a) É um crime que cabe na forma dolosa e culposa.
- b) É um crime monossubjetivo.
- c) O bem jurídico tutelado é a saúde pública
- d) O tipo de ação penal é pública condicionada à representação
- e) É rotulado como hediondo se a organização criminosa for voltada para prática de crime hediondo ou equiparado.

75. Analise a seguinte situação hipotética: Irene, sem justo motivo, durante discussão familiar com seu esposo na residência de ambos, foi vítima de violência física, moral e psicológica. Como consequência ao ocorrido, fez-se necessário o afastamento de Irene do seu local de trabalho.

Nesse caso, em conformidade aos dispositivos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista por até

- a) quinze dias.
- b) trinta dias.
- c) três meses.
- d) seis meses.
- e) um ano.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

76. Assinale a alternativa correta no que tange ao inquérito policial e à ação penal:

- a) O MP, por ser o titular da ação penal pública, pode requisitar a instauração do IP, realizar diretamente as diligências e presidir o inquérito policial.
- b) Tendo sido arquivado o inquérito policial por falta de base para a denúncia, é possível o desarquivamento dos autos ainda que não haja notícia da existência de prova nova.
- c) O MP não tem legitimidade para aditar a queixa-crime nos casos de ação penal privada exclusiva, por se tratar de demanda em que há interesse meramente privado.
- d) O recurso cabível para impugnar a decisão de não homologação do acordo de não persecução penal é o recurso em sentido estrito.
- e) A representação da vítima, conquanto não exija grandes formalidades, somente pode ser oferecida pelo próprio legitimado, vedado seu oferecimento por procurador.

77. Acerca da prisão e da liberdade provisória, assinale a alternativa correta:

- a) A existência de prisões cautelares no curso da persecução penal ofende o princípio da presunção de inocência, eis que configuram prisão *ad poenam* antes do trânsito em julgado.
- b) Ultrapassado o prazo de 90 dias sem que tenha havido a reavaliação ex officio da prisão preventiva decretada, há reconhecimento da ilegalidade automática da prisão.
- c) A audiência de custódia deverá ser realizada em até 24h a contar da prisão em flagrante, cabendo, excepcionalmente, o emprego de videoconferência, mediante decisão da autoridade judiciária competente, desde que este meio seja apto à verificação da integridade do preso e à garantia de todos os seus direitos.
- d) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for homem e tenha filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, ainda que não seja o único responsável pelos cuidados do filho.
- e) Nos termos da jurisprudência mais recente do STJ, admite-se a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva *ex officio*.

78. Luiz Carlos foi denunciado pelo Ministério Público em razão da suposta prática do crime de corrupção ativa (reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.). O Oficial de Justiça não encontrou o réu no endereço indicado na denúncia, tendo sido informado por vizinhos de que Luiz Carlos havia se mudado do local, sem informar novo paradeiro. Após diligências, não foi possível obter o novo endereço de Luiz Carlos. O Juízo, então, determinou a citação de réu por edital. Findo o prazo do edital, o réu não compareceu, mas constituiu advogado.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) nomear ao réu um defensor, a quem caberá apresentar resposta à acusação.
- b) suspender apenas o curso do processo.
- c) dar seguimento ao processo.
- d) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, indefinidamente.
- e) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, estando a suspensão do prazo prescricional limitada ao prazo de prescrição previsto considerando a pena máxima cominada ao delito.

79. Acerca do tema de provas, analise as assertivas abaixo:

- I – O instituto da quebra da cadeia de custódia refere-se à idoneidade do caminho que deve ser percorrido pela prova até sua análise pelo magistrado, e uma vez ocorrida qualquer interferência durante o trâmite processual, isso implicará sua imprestabilidade.
- II – Haverá prioridade na realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime com violência ou grave ameaça à pessoa.
- III – É ilícita a prova colhida em caso de desvio de finalidade após o ingresso em domicílio especificamente para efetuar uma prisão, pois isso não implica um salvo-conduto para que todo o seu interior seja vasculhado indistintamente, em verdadeira pescaria probatória (*fishing expedition*).
- IV – A mera percepção de nervosismo do averiguado por parte de agentes policiais é dotada de excesso de subjetivismo e, por isso, não é suficiente para caracterizar a fundada suspeita para fins de busca pessoal, medida invasiva que exige mais do que mera desconfiança fundada em elementos intuitivos.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e III
- b) I, II e III
- c) I, III e IV
- d) II e IV
- e) III e IV

80. Matilde foi denunciada pela prática do crime de homicídio doloso qualificado pelo meio cruel, supostamente praticado contra Jessé, seu marido. Após a instrução preliminar o Juízo entendeu que, embora devidamente comprovada a materialidade delitiva, não havia indícios suficientes de autoria.

Nesse caso, é correto afirmar que o Juiz deverá:

- a) absolver sumariamente a ré; uma vez preclusa a decisão, haverá coisa julgada material.
 - b) absolver sumariamente a ré; preclusa a decisão, será possível, enquanto não extinta a punibilidade, o oferecimento de nova denúncia pelo mesmo fato, desde que baseada em novas provas.
 - c) impronunciar a ré; uma vez preclusa a decisão, haverá coisa julgada material.
 - d) impronunciar a ré; preclusa a decisão, será possível, enquanto não extinta a punibilidade, o oferecimento de nova denúncia pelo mesmo fato, desde que baseada em novas provas.
 - e) pronunciar a ré, cabendo ao Conselho de Sentença decidir quanto à autoria.
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
